

OMNI TÁXI AÉREO S.A.									
CNP/JMF Nº 03.670.763/0001-38 - NIRE Nº 33.3.0029911-4									
Relatório da Administração: Apresentamos a V.Sas. nossas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025. A Diretoria.									
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024									
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
	Nota		Controladora		Consolidado		Consolidado		31/12/2025
	explicativa		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		
ATIVOS									
ATIVOS CIRCULANTES									
Caixa e equivalentes de caixa	5	162.741	63.880	163.273	64.547				
Contas a receber	6	332.408	337.116	332.867	337.116				
Outras contas a receber	7	43.134	28.725	43.134	28.725				
Estoques	8	111.948	74.106	111.948	74.106				
Impostos a recuperar	9	141.677	70.182	141.715	70.195				
Valores a receber de partes relacionadas	12	33.031	45.243	33.031	45.243				
Despesas antecipadas	13	27.547	49.028	27.547	49.028				
Outros ativos		35.209	28.201	35.239	28.232				
Total dos ativos circulantes		887.695	696.481	888.754	697.192				
ATIVOS NÃO CIRCULANTES									
Impostos diferidos	10	71.462	15.182	71.462	15.182				
Depósitos em garantia	11	68.477	57.582	68.477	57.582				
Valores a receber de partes relacionadas	12	280.884	194.096	280.884	193.721				
Direitos reembolsáveis arrendamentos	14	3.341	9.342	3.341	9.342				
Despesas antecipadas	13	16.557	-	16.557	-				
Outros ativos		53.422	51.818	53.422	51.818				
Imobilizado	16	155.408	122.909	155.419	122.932				
Intangível	17	29.376	19.757	29.376	19.757				
Ativos de direito de uso arrendamentos	18	408.192	424.207	408.192	424.207				
Total dos ativos não circulantes		1.087.119	894.893	1.087.130	894.541				
TOTAL DOS ATIVOS		1.974.814	1.591.374	1.975.884	1.591.733				
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
PASSIVOS CIRCULANTES									
Empréstimos	19	83.597	18.644	83.597	18.644				
Debêntures	20	32.132	-	32.132	-				
Fornecedores	22	416.283	298.164	416.304	298.173				
Salários a pagar, férias e outros		56.414	44.990	56.504	45.072				
Obrigações sociais e trabalhistas		20.278	15.413	20.379	15.497				
Impostos a pagar		19.061	17.018	19.161	17.045				
Obrigações com arrendamentos	21.1	108.255	148.972	108.255	148.972				
Provisão para desmobilização	21.2	3.677	2.939	3.677	2.939				
Valores a pagar a partes relacionadas	12	1.932	-	1.932	-				
Instrumentos financeiros derivativos	30.3	1.407	-	1.407	-				
Antecipação de recebíveis	23	40.060	19.958	40.060	19.958				
Outras obrigações		30.652	28.161	31.643	28.858				
Total dos passivos circulantes		813.478	594.259	815.051	595.158				
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES									
Empréstimos	19	174.433	136.504	174.433	136.504				
Debêntures	20	162.956	-	162.956	-				
Fornecedores	22	33.630	-	33.630	-				
Provisão para perda em investimento	15	232	538	-	-				
Provisão para custos de manutenção	24	40.078	73.294	40.078	73.294				
Provisão para riscos	25	24.954	3.144	24.954	3.144				
Obrigações com arrendamentos	21.1	415.368	349.444	415.368	349.444				
Provisão para desmobilização	21.2	25.872	33.118	25.872	33.118				
Valores a pagar a partes relacionadas	12	4.087	46.294	4.087	46.294				
Instrumentos financeiros derivativos	30.3	2.099	-	2.099	-				
Outras obrigações		3.200	-	3.200	-				
Total dos passivos não circulantes		886.909	642.336	886.677	641.798				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26								
Capital social		559.140	273.107	559.140	273.107				
Adiantamento para futuro aumento de Capital		-	286.033	-	286.033				
Prejuízos acumulados		(284.983)	(204.361)	(284.983)	(204.361)				
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		274.157	354.779	274.157	354.779				
Participações de não controladores		-	-	(1)	(3)				
Total do patrimônio líquido		274.157	354.779	274.156	354.777				
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.974.814	1.591.374	1.975.884	1.591.733				
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.									
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025									
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)									
1. INFORMAÇÕES GERAIS: A OMNI Táxi Aéreo S.A. ("Companhia" ou "OTA") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no município do Rio de Janeiro, com seu escritório corporativo localizado na Avenida José Silva de Azevedo Neto, 200, Condomínio 02 Bloco 03 (Evolution IV), sala 403 e 404, Barra da Tijuca, que tem por objeto social o transporte aéreo público não regular de pessoas e/ou cargas, nas modalidades suplementar e Táxi Aéreo, incluindo os serviços de assistência aeromédica, transporte offshore, resgate de animais silvestres e patrulhamento ambiental; fretamento de aeronaves; ministrar cursos no âmbito do sistema de aviação civil, através de um centro de treinamento homologado; serviços aéreos especializados (SAE) nas modalidades de aeroinspecção e aerofotografia, bem como de operação com carga externa; operação de aeronaves não tripuladas remotamente pilotadas (RPA); serviços de manutenção de aeronaves; modificação e/ou reparos em aeronaves e seus respectivos acessórios; compra e venda, exportação e importação de peças, equipamentos e acessórios para aeronaves, podendo, ainda, participar em outras sociedades na qualidade de sócia, acionista ou cotista, com prévia autorização da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, bem como realizar a atividade de hangaragem de aeronaves próprias e/ou de terceiros e realizar serviço aéreo de combate a incêndio; e, realizar serviços de limpeza, desinfecção e descontaminação de superfícies de aeronave e ambientes de trabalho. A Companhia é uma subsidiária da Companhia Omni Helicopters International, S.A. ("Omni") cuja sede está em Portugal. O Grupo apoia o gerenciamento das operações sempre buscando a maior eficiência na gestão global. Neste sentido, considerando a abrangência no mercado internacional, certas operações associadas ao core business, como por exemplo arrendamento de aeronaves e fontes de financiamento, são conduzidas/contratadas com terceiros e redirecionadas às empresas da Companhia por meio de contratos, as quais estão sujeitas aos prazos, formato e preços entre outras condições, estabelecidos pelo controlador final. Portanto, o desempenho econômico-financeiro da Companhia deve ser lido neste contexto. Ainda, transações e condições relevantes entre as partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa número 12.2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizações pela Administração na sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia e de sua controlada. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, e estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data de apresentação. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação ou início dos exercícios e os encargamentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. 2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada Omni Escola de Aviação Civil Ltda. ("OFA") em 31 de dezembro de 2025. O controle obteve quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida). • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. A Companhia avalia se retem ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas práticas contábeis aquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Companhias são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em suas controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS: O resumo das políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e sua controlada é como segue: a) Caixa e equivalente de caixa: Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. b) Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Os estoques são constituídos de peças de reposição para aeronaves arrendadas e importações em andamento e, estão avaliados pelo custo de aquisição. Peças aplicadas em aeronaves, na modalidade de arrendamento operacional, são apropriadas ao custo quando aplicadas na aeronave. c) Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado ao custo histórico da aquisição, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Aeronaves e motores adquiridos na introdução ou na expansão da frota, bem como as peças sobressalentes adquiridas separadamente, são registrados como ativo imobilizado e geralmente depreciados em linha com a frota à qual estão relacionados. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem controlado é depreciado separadamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. A vida útil-econômica estimada dos itens do imobilizado está demonstrada na nota explicativa nº 16. Os custos referentes às grandes manutenções de motores, incluindo substituições de peças sobressalentes e mão de obra das aeronaves de propriedade da Companhia, são considerados como recomposição do bem, capitalizados e tratados separadamente como componente do ativo imobilizado e depreciados até a próxima manutenção relevante. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. d) Intangível: Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada no exercício, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida. As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são amorti-									



omni

Taxi aéreo

tração dos Fluxos de Caixa" • IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras: A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtóais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtóais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. A companhia está avaliando os impactos na apresentação da Demonstração de Resultados e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro. 4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas no fim de cada período de relatório: a) Vida útil dos bens do imobilizado: Conforme descrito na nota explicativa nº 3, letra c, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. A revisão da vida útil foi efetuada considerando a utilização dos bens, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso, o ambiente econômico em que eles operam, o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. b) Provisão para riscos cíveis tributários e trabalhistas: É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. c) Redução ao valor recuperável de ativos: Conforme descrito na nota explicativa nº 3, letra e, no fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos não financeiros ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2025. d) Provisão para perda de Estoque: Para estoques obsoletos ou morosos, é efetuada uma provisão baseada em estimativa histórica de perdas, aplicando o fator calculado sobre o valor total dos estoques contabilizados, não sendo realizado um cálculo individual de perda de item a item. e) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como diferenças temporais, são reconhecidos apenas na medida em que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela sua Administração e aprovadas pelos órgãos responsáveis. Estas projeções e previsões futuras preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas às taxas de câmbio na moeda estrangeira, taxas de inflação, volume de horas voadas, expectativa de horas voadas, disponibilidade de aeronaves, e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais. f) Provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE"): A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para valores a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando a experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável. g) Provisão para custos para manutenção: A Companhia estima o custo total a ser incorrido com a manutenção ou substituição dos componentes e o período em que elas ocorrerão (considerando a vida útil do componente em horas de voo e a quantidade de horas voadas), e registra esta provisão mensalmente no passivo contra custo, com base nas horas voadas no mês, desde a data de início da operação de cada aeronave até a data efetiva da manutenção/substituição deste componente, sendo esta provisão amortizada no momento da realização da manutenção ou substituição da peça. Essa provisão é válida apenas para as aeronaves que não possuem contratos de PBH ("Parts by the Hour"). h) Provisão para desmobilização: A Companhia reconhece provisões para desmobilização (custo necessário para devolver a aeronave ao locador em determinadas condições) no início de um contrato de locação, com um valor correspondente capitalizado como parte do ativo de direito de uso e depreciado ao longo do período contratual. Qualquer revisão subsequente nos custos estimados de devolução é ajustada contra o ativo de direito de uso. Essas provisões são determinadas com base na melhor estimativa dos fluxos de caixa negativos esperados.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários	59.363	7.233	59.895	7.899
Equivalente de Caixa (a)	103.378	56.647	103.378	56.648
	162.741	63.880	163.273	64.547

(a) Se referem a aplicações em certificados de depósitos bancários ("CDB"), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente entre 80% a 95% do CDI, em 31 de dezembro de 2025 (102% em 31 de dezembro de 2024). Essas aplicações possuem liquidez imediata, e não há nsco de alteração de valor em caso de resgate antecipado.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	65.542	77.586	66.001	77.586
Contas a receber - serviços a faturar	267.961	266.994	267.961	266.994
Subtotal	333.503	344.580	333.962	344.580
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.095)	(7.464)	(1.095)	(7.464)
Total	332.408	337.116	332.867	337.116

Segue composição de contas a receber por vencimento, líquida de provisões para perdas de créditos esperadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	326.505	330.430	326.964	330.430
Vencidas até 30 dias	5.723	6.511	5.723	6.511
Vencidas de 31 a 90 dias	108	35	108	35
Vencidas a mais de 91 dias	1.167	7.604	1.167	7.604
	333.503	344.580	333.962	344.580

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das contas a receber inclui valores a receber com grandes empresas do mercado de Offshore, e apesar, do aumento dos recebíveis durante o ano, a Companhia não identifica aumento nos nsco de crédito e/ou liquidez na carteira de recebíveis.

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Direitos reembolsáveis	43.134	28.725
	43.134	28.725

O saldo apresentado reflete, principalmente, a reembolso de seguros no montante de R\$22.815 (R\$ 3.170 em 31 de dezembro de 2024) e notas de créditos com fornecedores no montante de R\$20.319 (R\$25.555 em 31 de dezembro de 2024), devido, principalmente a escassez de peças de reposição/manutenção no mercado.

8. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Materiais componentes/salvagatagem	54.579	32.809
Materiais consumíveis	62.089	43.577
Outros	985	420
(-) Provisão para Perda de Estoques	(5.705)	(2.700)
	111.948	74.106

A Companhia mantém um estoque de segurança para as partes e peças fundamentais a operação para garantir que as aeronaves estejam aeronavegáveis e disponíveis para voo, minimizando possíveis impactos no faturamento.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ (a)	92.564	57.831	92.598	57.840
CSLL (a)	19.166	9.608	19.170	9.612
IR/CS (b)	12.171	-	12.171	-
PIS / COFINS (b)	7.680	-	7.680	-
INSS (b)	7.290	-	7.290	-
Outros (c)	2.826	2.743	2.826	2.743
	141.677	70.182	141.715	70.195

(a) O saldo de impostos a recuperar tem origem, principalmente, em retenções na fonte de Imposto de Renda - IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL efetuadas pela Petrobras sobre o faturamento de 2025, não compensados ao longo do exercício de 2025, conforme determinação legal, no montante de R\$111.730 (R\$67.439 em 31 de dezembro de 2024), compensados no ano subsequente pela Companhia. (b) Os saldos referem-se a estimativa de impostos a recuperar calculados com base na provisão de faturamento. (c) Referem-se, principalmente, a ações Administrativas e Judiciais referentes à, principalmente: (i) Processo Administrativo 10715.72047/2021-21 referente ao IPI e COFINS recolhidos no Regime de Admissão Temporária da aeronave PR-OTB, o qual foi requerida a restituição no valor de R\$36 em função da extinção antecipada do Regime e R\$886 referente à aeronave PR-OHU; (ii) Processo 5104399-88.2021.4.02.5101/RJ que discute o reconhecimento do direito da Companhia não incluir o ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS no valor de R\$228 e R\$49 referente ao ISS retido a maior em Recife (iii) Retenção de imposto de renda – IR- efetuada pela Karoon, o qual a Companhia discute administrativamente a sua restituição em função do Tratado para evitar a bitributação entre Brasil e Peru, no montante de R\$1.453; e (iv) IRRF sobre aplicação financeira no montante de R\$171 e R\$3 referente a recolhimento a maior de IRRF sobre remessa ao exterior.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	71.462	15.182
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	71.462	15.182

O saldo de prejuízos fiscais e base negativa acumulados em 31 de dezembro de 2025 era de R\$223.498 (R\$45.485 em 31 de dezembro de 2024) e de diferenças temporárias, variação cambial e provisões, era de R\$247.639 (R\$285.922 em 31 de dezembro de 2024). Sobre o saldo remanescente de prejuízos fiscais, foi reconhecido em 31 de dezembro de 2025, novo ativo fiscal diferido no montante de R\$ 56.280, totalizando saldo de R\$ 71.462. A realização desse saldo está prevista para ocorrer ao longo dos próximos três anos, conforme projeção orçamentária baseada na expectativa de geração de lucros da Companhia. Para o saldo de diferenças temporárias, a Companhia não constituiu ativo fiscal diferido devido, principalmente, aos efeitos oriundos da volatilidade das oscilações da variação cambial e efeitos no resultado no montante de R\$ 84.197, além de levar em consideração a recuperabilidade dos valores. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do IR e CS	(136.900)	(31.278)	(136.836)	(31.278)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IR e CS a alíquota nominal	46.546	10.635	46.524	10.635
Resultado de equivalência patrimonial	103	1	-	-
Outras diferenças permanentes	1.037	6.451	1.061	6.451
Benefício não constituído sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	8.594	(42.340)	8.631	(42.340)
IR e CS diferidos no resultado	56.280	(7.678)	56.280	(7.678)
IR e CS correntes no resultado	-	(17.575)	(64)	(17.575)
Alíquota efetiva	41%	81%	41%	81%

omni

Taxi aéreo

11. DEPÓSITOS EM GARANTIA: Referem-se ao valor inicial pago ao arrendador ("lessor") como depósito em garantia nos contratos de "leasing" operacional convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ao final do contrato, as garantias serão deduzidas das últimas parcelas do contrato de arrendamento. Ressalta-se que esses valores não são corrigidos monetariamente. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$68.477 na controladora e no consolidado (R\$57.582 em 31 de dezembro de 2024). 12. PARTES RELACIONADAS: 12.1. Transações com partes relacionadas:

 OMNI TÁXI AÉREO S.A. CNPJ/MF Nº 03.670.763/0001-38 - NIRE Nº 33.3.0029911-4																																																	
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS																																																	
justo se aproxima do valor contábil em razão do curto prazo para liquidação dos instrumentos. 31. COBERTURA DE SEGUROS: <table><tr><th></th><th>Data de vigência</th><th>Importância Segurada em USD mil</th></tr><tr><td>Bem segurado</td><td>Risco</td><td>De</td><td>Até</td><td></td></tr><tr><td>Aeronaves</td><td>Responsabilidade civil e casco</td><td>30/06/2025</td><td>30/06/2026</td><td>1.127.894</td></tr></table> 32. GARANTIAS: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia concedeu a terceiros as seguintes garantias: <table><tr><th>Beneficiário</th><th>Natureza</th><th>31/12/2025</th><th>31/12/2024</th></tr><tr><td>Alfândega Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro</td><td>Garantias relativas a direitos aduaneiros e impostos</td><td>73.581</td><td>47.335</td></tr><tr><td>Secretaria de Estado da Fazenda</td><td>Garantias para autoridades fiscais</td><td>18.618</td><td>20.591</td></tr><tr><td>Ministério da Economia</td><td>Garantias relativas a direitos aduaneiros e impostos</td><td>60.810</td><td>18.638</td></tr><tr><td>Secretaria da Receita Federal</td><td>Garantias relativas a direitos aduaneiros e impostos</td><td>25.793</td><td>16.225</td></tr><tr><td>Ministério da Fazenda</td><td>Garantias relativas a direitos aduaneiros e impostos</td><td>7.795</td><td>7.556</td></tr><tr><td>Outros</td><td></td><td>9.180</td><td>8.507</td></tr><tr><td></td><td></td><td>195.777</td><td>118.852</td></tr></table> Informações adicionais sobre as garantias associadas a determinados empréstimos bancários são divulgadas na nota 19 Empréstimos. 33. EVENTOS SUBSEQUENTES: 33.1. Incidente com aeronave da Omni Táxi Aéreo perto de Cabo Frio, Brasil. Em 2 de janeiro de 2026, uma aeronave Airbus H160 operada pela Omni Táxi Aéreo realizou um pouso na água nas proximidades de Cabo Frio (RJ). Todos os oito ocupantes (seis passageiros e dois tripulantes) foram resgatados com segurança, sem ferimentos, e receberam alta após avaliações médicas preventivas. A Companhia prestou suporte integral aos envolvidos e atuou em coordenação com as autoridades competentes. A investigação conduzida pelo CENIPA encontra-se em andamento. Um relatório preliminar, divulgado em 5 de fevereiro de 2026, apontou possíveis fatores contribuintes relacionados a aspectos procedimentais e humanos associados à manutenção, sem conclusões finais até o momento. A Omni segue colaborando com as autoridades, mantendo comunicação transparente com as partes interessadas e reforçando seu compromisso com elevados padrões de segurança operacional. Não foi identificado impactos financeiros materiais. 33.2. Mudança na estrutura organizacional: Conforme ata da reunião do conselho de administração realizada em 24 de janeiro de 2026 foi deliberada a destituição do CEO da Companhia, Sr. Paulo Maurício Nunes Couto e eleito o Sr. Roberto Márcio Coimbra como o novo CEO da Companhia. A partir de março, o Cmté. Roberto Coimbra retomou sua posição como CEO da Omni Táxi Aéreo. 33.4. Captação de financiamentos: Cédula de crédito bancário emitida em 6 de fevereiro de 2026 pela Companhia, em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$10.000 (dez milhões de reais), com vencimento final em 10 de março de 2027. 34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de maio de 2026.						Data de vigência	Importância Segurada em USD mil	Bem segurado	Risco	De	Até		Aeronaves	Responsabilidade civil e casco	30/06/2025	30/06/2026	1.127.894	Beneficiário	Natureza	31/12/2025	31/12/2024	Alfândega Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro	Garantias relativas a direitos aduaneiros e impostos	73.581	47.335	Secretaria de Estado da Fazenda	Garantias para autoridades fiscais	18.618	20.591	Ministério da Economia	Garantias relativas a direitos aduaneiros e impostos	60.810	18.638	Secretaria da Receita Federal	Garantias relativas a direitos aduaneiros e impostos	25.793	16.225	Ministério da Fazenda	Garantias relativas a direitos aduaneiros e impostos	7.795	7.556	Outros		9.180	8.507			195.777	118.852
	Data de vigência	Importância Segurada em USD mil																																															
Bem segurado	Risco	De	Até																																														
Aeronaves	Responsabilidade civil e casco	30/06/2025	30/06/2026	1.127.894																																													
Beneficiário	Natureza	31/12/2025	31/12/2024																																														
Alfândega Receita Federal do Porto do Rio de Janeiro	Garantias relativas a direitos aduaneiros e impostos	73.581	47.335																																														
Secretaria de Estado da Fazenda	Garantias para autoridades fiscais	18.618	20.591																																														
Ministério da Economia	Garantias relativas a direitos aduaneiros e impostos	60.810	18.638																																														
Secretaria da Receita Federal	Garantias relativas a direitos aduaneiros e impostos	25.793	16.225																																														
Ministério da Fazenda	Garantias relativas a direitos aduaneiros e impostos	7.795	7.556																																														
Outros		9.180	8.507																																														
		195.777	118.852																																														
DIRETORIA Roberto Coimbra - Diretor Presidente Ivan Coyard - Diretor Financeiro Adriana de Sant'Anna Pacheco - Contadora - CRC nº 087170/O-3-RJ																																																	
Aos Administradores e Acionistas da OMNI Táxi Aéreo S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OMNI Táxi Aéreo S.A. e controlada ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OMNI Táxi Aéreo S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ Diego Wailer da Silva Contador CRC nº 1 RS 074562/O-3																																																	

ICP
Brasil

Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui
a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link <https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais/>